

SUMÁRIO

I

PRECEDENTES, *DISTINGUISHING* E *OVERRULING*

1. RECONHECIMENTO E LIMITAÇÃO AO PODER DE TRIBUTAR. IMUNIDADE RECÍPROCA. DEFINIÇÃO DE FATO GERADOR E DE CONTRIBUINTE. ZONA DE PENUMBRA ENTRE O STJ E O STF13
2. PRÉVIA DECISÃO QUE NEGOU REPERCUSSÃO GERAL. POSSIBILIDADE DE REVISÃO. CONCEITOS CONSTITUCIONAIS DE RENDA E DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL NÃO DISCUTIDOS PELO STF NO TEMA 1243. ESPAÇO PARA EXAMINAR SE A DECISÃO DA QUESTÃO TRIBUTÁRIA PELO STJ É COMPATÍVEL COM A CRFB27
3. PIS E COFINS. PRECEDENTE FORMADO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EFICÁCIA VINCULANTE QUE COBRE OS FUNDAMENTOS DETERMINANTES DA DECISÃO41
4. ICMS-IMPORTAÇÃO. SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA (TEMA 520, STF). JUÍZO DE CONFORMAÇÃO PELO TJSP. CONSIDERAÇÃO DE FATOS NÃO CONSTANTES DA *RATIO DECIDENDI*. VIOLAÇÃO DO PRECEDENTE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECLAMAÇÃO65

5. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA A COBRANÇA DOS CHAMADOS JUROS REFLEXOS. TESE QUE NÃO REFLETE O JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. DIFERENÇA ENTRE CORREÇÃO E REVISÃO DE TESE. FATO SUPERVENIENTE. POSSIBILIDADE DE ALEGAÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA87

II

MODULAÇÃO DE EFEITOS

6. ISSQN DECORRENTE DE OPERAÇÕES DE *LEASING*. DEFINIÇÃO DO SUJEITO ATIVO DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA. NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DOS EFEITOS RETROATIVOS DA REVOGAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA....103
7. PRECEDENTE QUE DECLARA QUE, EM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL, APENAS É POSSÍVEL ALEGAR A COMPENSAÇÃO RECONHECIDA ADMINISTRATIVA OU JUDICIALMENTE ANTES DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. SITUAÇÃO DOS CONTRIBUÍNTES QUE REQUERERAM COMPENSAÇÃO COM BASE NA JURISPRUDÊNCIA REVOGADA. NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DOS EFEITOS RETROATIVOS. POSSIBILIDADE DE TUTELA DA SEGURANÇA JURÍDICA NO CASO CONCRETO123

III

COISA JULGADA TRIBUTÁRIA

8. CSLL. COISA JULGADA FAVORÁVEL AO CONTRIBUINTE. ADI N. 15-2. NÃO DECLARAÇÃO DE CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DA COISA JULGADA. NECESSIDADE DE DECISÃO JUDICIAL. IMPRESCINDIBILIDADE DE LIMITAÇÃO DOS EFEITOS RETROATIVOS DA DECISÃO QUE DECLARAR QUE A DECISÃO DE CONSTITUCIONALIDADE FAZ A COISA JULGADA CESSAR..... 151
9. IPI. MOMENTO DA INCIDÊNCIA E SUJEIÇÃO PASSIVA. PRECEDENTE DO STF QUE, INTERPRETANDO OS ARTS. 46 E 51 DO CTN À LUZ DA CONSTITUIÇÃO, NEGA A INTERPRETAÇÃO DOS MESMOS DISPOSITIVOS LEGAIS REALIZADA PELO STJ, TAMBÉM NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE MODIFICAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO APTA A FAZER CESSAR A EFICÁCIA TEMPORAL DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA 159
10. INCIDÊNCIA DE PIS/COFINS SOBRE COMISSÕES DE CORRETAGEM E REPASSES AO FUNENSEG. INCORPORAÇÃO E SUCESSÃO PROCESSUAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO. EXTENSÃO DA COISA JULGADA A TODAS AS ATIVIDADES DA SUCESSORA 183

IV

AÇÃO RESCISÓRIA

11. DIREITO TRIBUTÁRIO. PRECEDENTE EM RECURSO REPETITIVO, POSTERIOR À COISA JULGADA. DESCABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA 199

12. VEDAÇÃO DA DEDUÇÃO DA CSLL DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ (ART. 1º, LEI 9.316/96). DECISÃO QUE NÃO A ADMITE, CONSIDERANDO A NORMA INCONSTITUCIONAL. PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA. ULTERIOR PRECEDENTE DO STF QUE DECLARA A CONSTITUCIONALIDADE. CESSAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DA SUA RESCISÃO...225
13. ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS (TEMA 69, STF). COISA JULGADA FORMADA COM BASE EM DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ANTES DA MODULAÇÃO DOS SEUS EFEITOS. INVIABILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA.....247
14. PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA. PRAZO DECADENCIAL PARA O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. EXIGIBILIDADES FRACA E FORTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. A COISA JULGADA QUE INIBE A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO NÃO INTERFERE SOBRE O PODER-DEVER DA ADMINISTRAÇÃO DE PROCEDER À CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELO LANÇAMENTO. DECADÊNCIA QUE SE OPERA APESAR DA AÇÃO RESCISÓRIA265

V

OUTROS RELEVANTES TEMAS

15. COMPOSIÇÃO DE TARIFA. CONTROVÉRSIA SOBRE REPASSE DE ICMS-ST NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. DIREITO AO DEVIDO PROCESSO. DIREITO AO CONTRADITÓRIO. DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO ANALÍTICA.....287

16. SUJEITO ATIVO DO ICMS-IMPORTAÇÃO. NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO DOS FATOS CONFORME O ENQUADRAMENTO DETERMINADO PELO PRECEDENTE. LIVRE VALORAÇÃO DA PROVA QUE NÃO SE CONFUNDE COM FACULDADE DE SE OMITIR SOBRE OS FATOS E A PROVA. DIREITO AO CONTRADITÓRIO. DEVER DE MOTIVAÇÃO ...305

17. EXECUÇÃO FISCAL. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA. ALEGAÇÃO DE PRÁTICA DE ATOS FRAUDULENTOS. INOVAÇÃO ARGUMENTATIVA E MODIFICAÇÃO DOS PARÂMETROS JURÍDICOS DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. VEDAÇÃO, ARTS. 142 E 146 DO CTN. DECADÊNCIA DA REVISÃO DO LANÇAMENTO, CONFORME ARTS. 149, PARÁGRAFO ÚNICO, 150, § 4º E 173 DO CTN335

18. TUTELA ANTECIPADA. DIMINUIÇÃO DE TRIBUTO INCIDENTE SOBRE VENCIMENTO. AUMENTO DO VALOR PERCEBIDO. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. IRREPETIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO FISCAL CONTRA O SINDICATO. INVIABILIDADE DE LANÇAMENTO. AÇÃO INIBITÓRIA PELO SINDICATO OU PELOS SEUS FILIADOS. OBJEÇÃO DE EXECUTIVIDADE E EMBARGOS À EXECUÇÃO PELOS FILIADOS359

19. PEDIDO RECONVENCIONAL DE IMPOSSIBILIDADE DE REPASSE DE TRIBUTOS E ENCARGOS TRIBUTÁRIOS, DECLARAÇÃO DE ABATIMENTO E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. FALTA DE INTERESSE DE AGIR RECONVENCIONAL. VIOLAÇÃO DA REGRA DA LEGITIMIDADE PASSIVA RECONVENCIONAL E DA REGRA DA CONEXÃO DE CAUSAS COMO PRESSUPOSTO DA RECONVENÇÃO371

20.	CONDENAÇÃO DA INCORPORADORA À RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE LEVANTADOS, COM O DESCONTO DOS TRIBUTOS QUE EVENTUALMENTE INCIDIREM. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PARA A APURAÇÃO DOS TRIBUTOS. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA	383
-----	---	-----